

Defesa, Sinónimo de Segurança

Maria do Rosário de Moraes Vaz

As forças armadas portuguesas têm de se reestruturar e adaptar às actuais necessidades de defesa. Só assim pode Portugal participar na força de intervenção europeia e ao mesmo tempo estar presente em cenários tão diferentes e distantes como a Bósnia, África ou Timor.

A situação europeia mudou radicalmente na última década: os países membros da Nato deixaram de ter de se preparar para ripostar en masse à eventualidade (real ou imaginada) de um ataque em larga escala. De defesa, no sentido estrito de resposta a uma agressão, não precisamos em Portugal e de um modo geral na Europa, e não precisaremos no horizonte temporal do previsível ou na avaliação serena do provável. Mas precisamos talvez mais, paradoxalmente mais, de segurança. A indivisibilidade da segurança alastra progressivamente do espaço euro-atlântico a outros espaços, à paz e à segurança internacional, cuja manutenção a maior parte dos países europeus inscrevem como prioridade cimeira da sua política de defesa, e transcende cada vez mais a segurança dos Estados para se centrar na segurança dos cidadãos (inclusive contra os Estados, como o Kosovo e Timor-Leste claramente demonstraram).

Por isso defesa e segurança se podem tomar como sinónimos, e usar-se indiferentemente. E por isso o instrumento militar continua a ser não só necessário como absolutamente imprescindível. E também por isso são tanto no interesse nacional e público as despesas militares como os gastos afectos a qualquer outro sector, da educação à saúde. A parte que lhes é consagrada, no entanto, não deve depender de critérios pré-determinados ou de modelos idealizados, mas de uma aferição realista das necessidades de dimensionamento e equipamento da força militar, sabido como é que Portugal tem interesses e preocupações de segurança (de defesa) coincidentes com os dos seus parceiros – outra coisa são predilecções de ordem geográfica – e que não é verosímil que precise de usar o instrumento militar sozinho, mas sim em conjunto com outros países. Essa medição não é, porém, pacífica nem simples.

É facto que o fim da guerra fria permitiu aos membros europeus e não europeus da Nato reduzir drasticamente os gastos com a defesa, que é como quem diz colher os célebres dividendos da paz. De 1990 para 1999, a parte das despesas com a defesa no PIB sofreu uma quebra (usando a definição Nato) de 40% para os Estados Unidos, 45% para a Alemanha, 21% para a França e 19% para Portugal. Se usarmos a definição nacional, porém, a redução estima-se, para Portugal, em 40% nos mesmos dez anos. Como quer que se façam as contas, no entanto, a redução das despesas com a defesa não pode ser levada a extremos que comprometam a viabilidade nem a eficácia do instrumento militar ou neguem em termos práticos a possibilidade de o usar quando necessário. E o facto é que é mais necessário usá-lo agora do que dantes. Saber quanto pode e deve gastar-se com a defesa em Portugal depende pois primordialmente de saber o que queremos dela, e da justa relação entre o desempenho pretendido e o esforço consentido. Ponha-se a tónica, pois, nos resultados, ou como agora é moda dizer-se na performance.

A defesa europeia coloca de forma inadiável a relação entre os gastos com a defesa e a agilidade e possibilidade real de emprego das forças armadas. Quem quer participar em todas as «vanguardas» em que se aprofunda a integração europeia, como é decididamente o caso de Portugal, não pode ser em termos relativos um contribuinte menor e muito menos um beneficiário. Mas também a defesa europeia

não pode servir de alavanca reivindicativa nacional, desproporcionada em termos orçamentais. O tipo e estrutura de forças que a defesa europeia exige é essencialmente o mesmo que exige a Nato, não é uma invenção nem uma novidade: é uma decorrência das responsabilidades que os países assumem na ordem externa e das prioridades que definem para a política de defesa. E o facto de se planificar e prever em conjunto cria possibilidades evidentes de fazer mais com menos dinheiro.

Os países da União adaptaram já – ou estão a ponto de o fazer – os seus exércitos à situação vigente que exige que boa parte das forças militares sejam expedicionárias e não territoriais. Em termos práticos, significa isto um pequeno ou nulo recurso à obrigatoriedade de prestar serviço militar, e um muito mais expressivo recurso aos 'militares temporários' relativamente aos militares de carreira, isto é, aos contratados a termo certo, que depois regressam à vida civil. A articulação entre militares e civis deixa assim de ter como eixo fundamental a passagem compulsiva e relativamente curta pelas fileiras e transfere-se para a passagem voluntária e mais prolongada pelas forças armadas dos militares contratados. As modernas exigências de defesa dos países europeus resumem-se em exércitos mais pequenos, essencialmente profissionais, bem equipados e armados e preparados para actuar em pontos tão próximos ou tão longínquos como o Kosovo, Timor, ou a Serra Leoa, em situações muito diversas e por vezes declaradamente hostis. A mobilidade e a versatilidade são essenciais.

A reestruturação das forças armadas que Portugal iniciou no princípio da década – mais cedo que outros quase acabou com o serviço militar em 1992, muito antes de suprimir o preceito constitucional que o tornava obrigatório e semi-universal – ficou porém por concluir, sobretudo no ponto fulcral do reequipamento e rearmamento, praticamente congelado e realizado mais ao sabor de necessidades pontuais do que de uma programação global e de longo prazo. Isso não impediu, porém, que a sua participação em intervenções militares fosse apreciada quer pelos seus parceiros quer pelos militares que nelas tomaram parte.

À participação com um efectivo modesto em duas missões africanas das Nações Unidas (Angola e Moçambique), seguiu-se a grande mudança: o regresso de um contingente militar português ao território europeu, primeiro na Bósnia e depois no Kosovo, com uma participação simbólica na operação aérea da Nato contra a Sérvia pelo meio. Finalmente, foi enviado para Timor, integrado na força militar das Nações Unidas, um efectivo ligeiramente menor (775 homens) do que o atribuído à Ifor. Em finais de Maio, a presença militar em Timor totalizava uns 950 homens, contando com uma fragata e um C-130 não integrados na força militar da UNTAET. As tropas em missões sob a égide das Nações Unidas, duas das quais são operações da Nato (Bósnia e Kosovo, cerca de 300 efectivos cada), somam cerca de 1,300 homens, um pouco menos de 4 por cento dos cerca de 37 mil militares profissionais actualmente no activo, 56% no quadro permanente e 44% entre os voluntários e os contratados (1998). Se a presença militar no teatro europeu é comparativamente menor que a de outros países, Portugal fornece de longe o principal contingente europeu à força de paz da UNTAET, maioritariamente constituída, como é lógico e desejável, por países da região; o único outro membro da União Europeia que nela participa é aliás a Irlanda, com um pelotão de reconhecimento.

Esta participação está por certo muito perto do máximo que Portugal consegue fazer, em função do esforço financeiro que pode consentir (razão invocada para a não participação na operação albanesa) e dos meios humanos e materiais de que pode dispor. Mesmo multiplicada por três, porém, representa pouco mais de 10% do efectivo profissional total. Portugal prepara-se, entretanto, para atribuir cerca de mil efectivos à força militar europeia. Será esta a meta que pretendemos atingir em termos da adaptação aos cenários actuais de uso do instrumento militar? Quantos dos 37 mil soldados profissionais que temos devem constituir forças de « reacção rápida »? Vinte por cento? Trinta? Mais de metade, como a Alemanha se prepara para fazer?

Os europeus, de um modo geral, estão numa situação menos perigosa que durante a guerra fria, mas não é menor a exigência de produção de segurança. Pelo contrário, o emprego da força militar, tanto em missões civis (auxílio humanitário...) como em intervenções para procurar restabelecer a paz ou a segurança passou a ser uma exigência da generalidade das sociedades democráticas europeias, e um elemento fulcral da justificação da sua utilidade. Nestes últimos dez anos ficou amplamente demonstrado que a necessidade de emprego da força militar é maior e não menor que durante os tempos do imobilismo da guerra fria, em que os exércitos europeus serviam essencialmente para não ser usados. Defesa, segurança, querem hoje dizer isso mesmo: intervenção. É em função desta realidade que devem determinar-se quais os gastos que o orçamento comporta.